



Mesa redonda: Maternidades Contemporâneas: uma comparação global

Nem minotauro, nem maternal: o paternalismo e as políticas da maternidade no Estado Novo brasileiro

Ana Paula Vosne Martins (UFPR)

Esta apresentação tem como objetivo propor uma análise das políticas de gênero voltadas para a maternidade durante o Estado Novo, período da Era Vargas marcado por um regime político ditatorial acompanhado de várias ações intervencionistas na economia e nas relações entre o Estado e a sociedade. Uma das áreas privilegiadas deste intervencionismo foi a assistência às mães e às crianças, bem como a proteção do Estado à família. Pautadas em definições muito restritas de família, paternidade e maternidade, as políticas públicas do Estado Novo reproduziram valores e modelos normativos a partir dos quais a legislação e os programas assistenciais foram elaborados. Defende-se a hipótese que o Estado Novo getulista criou políticas públicas materno-infantis paternalistas nas quais as mulheres foram definidas a partir do desamparo, da pobreza e da condição de indivíduos que, por sua natureza e situação social, precisavam do amparo e da proteção de um Estado provedor e paternal. Espera-se com esta discussão retomar a utilidade do conceito de paternalismo para se avaliar as políticas públicas, bem como propor uma reavaliação política deste conceito a partir de suas explícitas conotações de gênero.

Tecnologias reprodutivas conceptivas: Imperativo da maternidade? Ou outro lugar de fala?

Marlene Tamanini (UFPR)

Em estudo que realizamos para Brasil e América Latina, a partir das publicações de especialistas, membros de clínicas de reprodução assistida e que se encontram filiadas a Rede Latino-Americana de Reprodução Assistida, (REDLARA), evidenciou-se que as tecnologias da reprodução humana em suas várias facetas, deslocaram-se de seus campos primeiros, que eram marcados por protocolos, considerados simples, vinculados as discussões sobre estimulação ovariana, para os procedimentos de alta complexidade. Essa dinâmica constatou-se, tanto em relação aos que desenvolvem tecnologia para gametas, visando sua qualidade, morfologia, mobilidade, hibridizações, como no que se refere ao desenvolvimento tecnológico relativo aos congelamentos, descongelamentos, manutenção, maturação, rejuvenescimento e correção cirúrgica de óvulos e de espermatozoides. Esses aspectos também incidem sobre os embriões, principalmente, no caso dos diagnósticos genéticos para investigação preventiva, ou para buscar marcadores de doenças, sobretudo, para seleção do sexo de bebês. Em um contexto em que os países estão dispostos a pagar por óvulos, sêmen, embriões e bebês que sejam resultantes de combinações genéticas que interessem as pessoas, essa dinâmica se revela promissora economicamente, mas, sobretudo, faz pensar a respeito de que sentidos ganham a filiação, a maternidade e a paternidade. Trata-se, portanto, neste trabalho de se apresentar como as terapêuticas tecnológicas, antes, dirigidas aos corpos de mulheres. Hoje são implementadas, muito mais sobre os gametas reprodutivos de ambos os sexos, e, sobretudo, sobre os embriões, por meio de muitas especialidades, que inseridas nessa dinâmica conectam outros sentidos ao modo de ser das maternidades, e ao discurso sobre elas. A pergunta que perseguimos recoloca-se sobre: o que se faz com o imperativo da maternidade, ou para onde foi o imperativo da maternidade? Quem fala nesse campo?

Transformaciones de la maternidad en el contexto de cambios demográficos, legislativos y de valores del Estado español posfranquista

Elixabete Imaz (Facultad de Filosofía y CC de la Educación)

Probablemente, cuando de la maternidad y de las formas familiares en España se está hablando, la característica fundamental es la intensidad y la rapidez en los cambios que se han producido en muy pocos años. En la mesa redonda se presentarán datos demográficos que mostrarán los cambios que se han producido en la natalidad y en la fecundidad de las mujeres españolas desde la transición democrática. Los datos hablan de una persistente baja natalidad, donde el único rasgo de recuperación de la población se debe a los nacimientos de hijos de las mujeres emigrantes mientras que la baja fecundidad de las mujeres nativas persiste. También me referiré a los importantes cambios legislativos que han prosperado entre otros en el ámbito de la reproducción asistida y en el matrimonio, que sitúan a España entre los estados más abiertos en relación a la diversidad de formación familiar. Igualmente, las encuestas de valores muestran una población altamente permisiva respecto a las nuevas formas familiares, la diversidad sexual y preocupada y activa por la igualdad de géneros. Sin embargo, frente a la permisividad en torno a los valores persisten las prácticas respecto a la formación familiar que a menudo son clasificadas como altamente tradicionales (con baja tasa de divorcios, alto porcentaje de familias nucleares,...). La participación en la mesa busca reflejar esta situación que puede considerarse paradójica, que se produce en una sociedad que aún hoy es clasificada como monóticamente católica, que sufrió durante 40 años una dictadura que enfatizaba en la subordinación de las mujeres y que fue altamente dogmática respecto a la familia y la maternidad.